

## **Diferenças Estatísticas nas Médias de Conhecimento Atribuídas pelos Professores Goianos de Contabilidade acerca dos Pronunciamentos Contábeis**

**LÚCIO DE SOUZA MACHADO**

Universidade Federal de Goiás  
lucio@florestaauditores.com.br

**MICHELE RÍLANY RODRIGUES MACHADO**

Universidade de Brasília  
michelerilany@hotmail.com

**JAQUELINE KUHN**

Universidade Federal de Goiás  
jaqueline.kuhn@hotmail.com

## **Diferenças Estatísticas nas Médias de Conhecimento Atribuídas pelos Professores Goianos de Contabilidade acerca dos Pronunciamentos Contábeis**

### **Resumo**

O objetivo geral da pesquisa é determinar quais variáveis impactam a média de conhecimento dos docentes de contabilidade de Goiás, apurada pelas notas atribuídas por eles mesmos, acerca dos pronunciamentos contábeis editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A pesquisa classifica-se como descritiva e de levantamento, pois os dados foram coletados junto a 55 professores de contabilidade de Goiás, mediante aplicação de questionário. Este instrumento foi pré-testado e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Goiás. Para análise dos dados aplicou-se técnicas de estatística descritiva e testes paramétricos e não paramétricos. Os resultados mostraram que a média de conhecimento sobre os pronunciamentos contábeis dos professores do sexo masculino é superior ao do feminino, bem como a média de conhecimento de professores que participaram de cursos sobre normas internacionais é superior a daqueles que não participaram. As variáveis titulação, idade, experiência profissional, fluência em língua estrangeira, tempo de docência, matérias lecionadas, Instituição em que o professor ministra aulas, não interferiram nas médias das notas sobre o conhecimento docente acerca dos pronunciamentos contábeis, porque se mostraram estatisticamente iguais.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a globalização surgiu o estreitamento das barreiras entre os países e consequentemente a internacionalização e interligação dos mercados. Assim, a contabilidade e os profissionais contábeis são afetados pelas constantes mudanças que ocorrem no cenário mundial. Há a necessidade de desenvolver normas de contabilidade que reduzam as diferenças das informações contábeis dos países, tendo em vista que eles possuem suas próprias normas.

Essa necessidade fez com que surgisse o processo de harmonização (convergência) das normas contábeis. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p. 1) afirmaram que “a harmonização contábil significa a adoção de avançados padrões contábeis, de qualidade e de aceitação internacional convergindo-os às normas locais de contabilidade de cada nação.”

O IASB é responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), normas internacionais de contabilidade que estão cada vez mais sendo adotadas no mundo. No Brasil, as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são baseadas nas normas do IASB.

Com a convergência das normas de contabilidade ocorrendo, os profissionais contábeis têm que se atualizar constantemente em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os futuros profissionais, que ainda estão estudando, têm o primeiro contato com essas normas por meio de seus professores, que devem possuir conhecimentos adequados para que o aprendizado dos alunos seja eficaz. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p.2) abordaram o assunto:

[...] o aluno em formação nas universidades serão os futuros profissionais atuantes nos mais variados ramos do mercado. Oferecer aos discentes conteúdos adequados e atualizados com as exigências do mercado é obrigação destas instituições. [...]. A qualidade do conteúdo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis também é responsabilidade dos docentes.

Vários estudos foram realizados no Brasil sobre conhecimento em contabilidade internacional, sendo seus autores: Oliveira e Varella (2011), Pereira (2011), Bim, Nogueira e Reis (2010) e Almeida, Fonteles e Oliveira (2011). Também foram feitas pesquisas em outros países, como na Indonésia, por Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012), e nos Estados Unidos, por Stephanie Wehrung (2011).

Porém, o número de pesquisas no Brasil sobre conhecimento das normas internacionais de contabilidade ainda é pequeno em virtude de a convergência total ter ocorrido recentemente (2010). A região Centro-Oeste é ainda mais carente de pesquisas na área. Como pode ser observado, não foi realizada nenhuma pesquisa na região. Logo, o problema desta pesquisa é: quais são as variáveis que impactam as médias de conhecimento dos docentes de contabilidade da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade?

O objetivo geral desta pesquisa é, então, determinar quais variáveis impactam as médias de conhecimento dos docentes de contabilidade da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade. Essas médias de conhecimento foram calculadas de acordo as notas atribuídas pelos próprios professores para cada pronunciamento do CPC.

Serão testadas por meio de testes paramétricos de igualdade de média as seguintes variáveis independentes: sexo, experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, fluência em alguma língua estrangeira, participação em cursos sobre IFRS, tempo de magistério, disciplinas lecionadas, idade, maior titulação e tipo de IES em que o professor ministra aulas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O Processo de Convergência no Brasil

A tendência de adoção mundial das IFRS influenciou o Brasil para que fizesse o mesmo. Lourenço (2010) afirmou que essa tendência modificou a regulação existente e exerceu influência na estrutura da contabilidade brasileira. Mais do que a normatização de padrões técnicos, essa mudança é voltada para estruturas, conceitos e princípios, o foco é a essência econômica sobre a forma.

A figura nº 1 ilustra o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

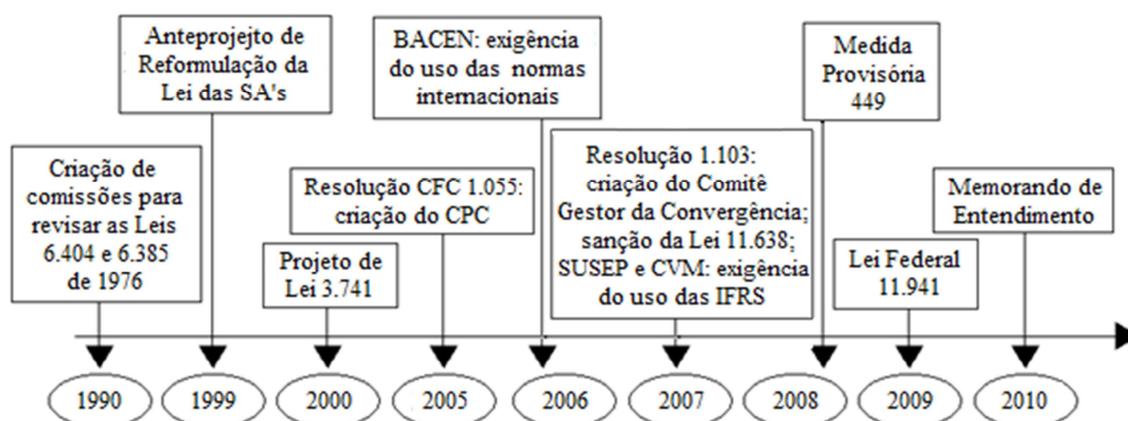


Figura nº 1 - Linha do tempo da convergência no Brasil

FONTE: Autoria própria

Segundo Bim, Nogueira e Reis (2010), o processo de convergência das normas contábeis no Brasil foi iniciado em 1990, em que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) criou três comissões que fariam a revisão das Leis nº 6.404/76 e 6.385/76 e proporiam alterações nelas. O trabalho das comissões terminou no ano seguinte, em que na parte contábil propuseram-se conceitos usados em mercados internacionais de países desenvolvidos. As propostas foram encaminhadas ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional para aprovação, mas as discussões acerca dos aspectos contábeis foram postergadas, só sendo aprovadas questões sobre relações societárias entre acionistas.

Em 1999, no mês de julho, foi entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações, que tratava de mudanças importantes relacionadas aos aspectos contábeis. Em 2000, esse anteprojeto foi transformado no Projeto de Lei nº 3.741/2000. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (s.d.), o objetivo desse anteprojeto era adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, devido aos aspectos acima referidos; criar condições para harmonização da lei com as melhores práticas contábeis internacionais; buscar eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das nossas informações contábeis, principalmente quando existem dois conjuntos de demonstrações contábeis, um para fins internos e outro para fins externos, com valores substancialmente diferentes; conseqüentemente, reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e de aceitação; reduzir o custo de elaboração, de divulgação e da auditoria das nossas demonstrações contábeis.

Todavia, esse projeto ficou em discussão por anos no Congresso Nacional e não foram obtidas conclusões a respeito da modificação da legislação societária. Os órgãos reguladores

tiveram, então, que iniciar o processo de convergência com os instrumentos que possuíam. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Assim, Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 3), citaram a primeira ação dos órgãos reguladores, ocorrida em 2005, que foi a criação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do CPC, por meio da Resolução CFC nº 1.055/05. O objetivo do CPC é o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos que se baseiam em procedimentos de contabilidade internacional para a emissão e normas, para que o processo seja uniformizado, tendo em vista a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais.

O BACEN (Banco Central do Brasil), pelo Comunicado nº 14.259/06, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), pela Circular 357/07, e a CVM, pela Instrução nº 457/07, passaram a exigir das entidades sob sua alçada a convergência das normas com o padrão internacional a partir de 31 de dezembro de 2010, de forma independente em relação à legislação complementar. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Em 2007, no mês de novembro, o CFC criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, por meio da Resolução nº 1.103/07, composto pelo BACEN, pelo IBRACON e pela CVM, além do CFC. O objetivo desse comitê era viabilizar as mudanças necessárias para a convergência. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010)

Em dezembro de 2007, sancionou-se a Lei nº 11.638/07, possuindo alterações contábeis parciais, pois não incluiu as alterações propostas no anteprojeto original do ano de 2000. (REIS *et al*, 2010). Essas alterações do anteprojeto original (alterações conceituais) foram incluídas pela Medida Provisória 449/08, que foi posteriormente transformada na Lei Federal 11.941/09. (LIMA, 2011).

Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 5), destacaram as principais alterações conceituais da Lei nº 11.638/07:

- a) Não influência da legislação tributária na escrituração mercantil; b) Inclusão, no conceito de ativo imobilizado, dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; c) Obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*); d) Cálculo da depreciação, exaustão e amortização em função da vida útil econômica estimada do bem.

Em janeiro de 2010, o IASB, o CFC e o CPC assinaram o Memorando de Entendimento, que certifica que as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CPC continuam se baseando nas normas do IASB. (LIMA, 2011).

## 2.2 Pesquisas sobre IFRS

Oliveira e Varella (2011) realizaram uma pesquisa em que seu objetivo foi a análise dos currículos dos cursos de contabilidade de instituições de ensino da região metropolitana de Londrina em relação às normas internacionais de contabilidade e a identificação das ações promovidas por essas instituições para a capacitação dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados apontaram para uma baixa aderência das grades curriculares aos CPCs e às IFRS e também para a ausência de ações promovidas pelas instituições de ensino superior para a capacitação dos professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Pereira (2011) teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos alunos sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal, e como esses alunos estavam sendo preparados para ingressar no cenário de convergência contábil. Os resultados mostraram que o método de ensino tradicional, em que a matéria é exposta e interpretada pelo professor, é o mais usado nos cursos de contabilidade do Distrito Federal. Além disso, o conhecimento global das normas

internacionais de contabilidade estava no mesmo nível entre os alunos e concluiu-se que o aprendizado em sala de aula não é suficiente para suprir a nova demanda da profissão contábil.

Bim, Nogueira e Reis (2010) tiveram como objetivo analisar, sob a perspectiva dos alunos e dos professores de Ciências Contábeis, os fatores que afetaram o processo de ensino-aprendizagem, no ambiente acadêmico, e que estavam presentes na prática profissional dos futuros contadores. Verificou-se que a maioria absoluta dos alunos tinha conhecimento quanto à existência do processo de convergência, mas eles acreditam que a mudança esta mais relacionada a questões formais do que a questões conceituais. Verificou-se também que os docentes apresentam resistência em colocar em prática as modificações conceituais necessárias para que se transponha a prática contábil nacional para a internacional.

Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) realizou um trabalho em que o objetivo era descrever as medidas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da contabilidade. Observou-se que há um razoável nível de compatibilidade entre as propostas nacionais e internacionais nas disciplinas e nos conteúdos oferecidos pelos cursos de Contabilidade das IFES. Também foi observado que a qualificação docente é o principal obstáculo para o ensino das novas práticas e as IFES tiveram poucas ações que visassem o aperfeiçoamento do docente nessa área.

Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012) investigaram o efeito do ensino de contabilidade na implementação das IFRS em escolas de graduação, pós-graduação e em programas profissionais da Indonésia, tanto públicas como privadas. Quanto aos principais resultados, verificou-se que algumas universidades já mudaram seus currículos ou planos de ensino, enquanto que outras estão planejando se preparar para mudar seu plano de ensino, de modo que o governo começaria a implementação das IFRS em 2012. Porém, verificou-se que algumas pensam que não é necessário mudar seus planos de ensino ou currículos, pois acreditam que IFRS é apenas um dentre distintos métodos que podem ser usados na prática.

De modo geral, verificaram-se problemas como:

- a) não há financiamento suficiente para os professores adquirirem e entenderem os livros de ensino das IFRS;
- b) é difícil o entendimento, tanto para alunos quanto para professores, das IFRS originais escritas em inglês e a tradução é demorada, problema que ocorre semelhantemente no Japão; e
- c) nível baixo de pesquisa por parte dos alunos.

Já em relação aos questionários, os principais resultados mostraram que:

- a) 40,5% dos respondentes esperavam ter conhecimento amplo das IFRS no nível da graduação;
- b) 10,4% dos professores não fizeram nada ou não têm planos para ensinar as IFRS;
- c) 10,3% dos professores disseram que eles não estavam cientes frente ao desenvolvimento do currículo, de materiais de ensino, e do treinamento de professores para o ensino das IFRS; e
- d) em uma das universidades, o plano é contratar um professor recém-formado em IFRS.

A pesquisa de Stephanie Wehrung (2011) teve como principal questão se a maioria dos estudantes de contabilidade dessa universidade estava preparada para as mudanças nas normas. Por meio de questionários do conhecimento em IFRS distribuídos aos estudantes de contabilidade e de entrevistas com membros do departamento de contabilidade e com a respectiva administração, foi realizada uma avaliação da contabilidade ensinada e da futura contabilidade na *Coastal Carolina University* em relação ao ensino das IFRS.

Os resultados dos questionários mostraram que a média das notas dos alunos do Intermediário I foi de 41%. Em relação ao nível Intermediário III, a média foi de 34%. Já as

entrevistas mostraram a importância da comunicação entre o corpo docente e a administração na decisão de incorporar as IFRS, bem como o que impede a *Coastal* de incluir as IFRS ao currículo. Os professores, de modo geral, consideraram seus conhecimentos em IFRS como limitados.

### 3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois descreveu um fenômeno, que é o conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia relativo às IFRS.

A população foi composta por todos os professores de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia. Há aproximadamente cento e vinte docentes de Contabilidade na Grande Goiânia. Não foi possível determinar com segurança a quantidade de professores, pois algumas faculdades não participaram da pesquisa, algumas que colaboraram com a pesquisa não informaram a quantidade de professores e alguns professores dão aulas em mais de uma universidade/faculdade.

Para a seleção dessas IES, foi verificado por meio do *site* do e-MEC que as cidades da região metropolitana de Goiânia que possuem o curso de Ciências Contábeis na modalidade presencial são Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade. As instituições que possuem o referido curso totalizaram dezessete.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento, utilizando como técnica de coleta de dados o questionário. O questionário desta pesquisa foi estruturado em duas partes: Parte A e Parte B. A Parte A do questionário, elaborada com perguntas abertas e fechadas, foi destinada a coletar informações pessoais dos professores respondentes desse instrumento de coleta de dados. Essas informações compreendem: sexo, idade, tempo de magistério, maior titulação, IES em que o professor ministra aulas, matérias ensinadas, experiência profissional em organizações, fluência em língua estrangeira, formas de atualização em relação às IFRS e participação em cursos sobre IFRS. A Parte B, elaborada para ser respondida de acordo com uma nota de 0 a 10 foi destinada a coletar informações sobre o conhecimento desses docentes em relação aos pronunciamentos do CPC. Ressalta-se que o questionário foi elaborado por intermédio de formulário eletrônico – *google docs*.

Segundo Martins e Theóphilo (2009), o questionário precisa passar por um pré-teste antes de ser usado definitivamente, de forma que se escolha de três a dez colaboradores, com a finalidade de aprimorar e aumentar a validade e a confiabilidade do instrumento de pesquisa, de forma a atingir o objetivo almejado. Assim como recomendado, o questionário desta pesquisa passou pelo pré-teste realizado por três docentes de contabilidade internacional, sendo um deles *controller* de uma grande firma situada no Estado de Goiás. O instrumento também foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás.

Cinqüenta e cinco questionários foram respondidos, sendo o número da amostra. Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 203), “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Como aproximadamente 46% dos questionários enviados aos respondentes foram devolvidos, esse número da amostra foi considerado satisfatório.

Esta pesquisa envolveu a análise quantitativa, em que foram calculadas a média, a mediana, a moda e o desvio-padrão para as notas atribuídas pelos professores acerca dos CPCs e foram feitos testes paramétricos para testar a igualdade estatística de médias. Antes de testar a igualdade das médias entre as amostras foi necessária verificar se estas seguem ao pressuposto da normalidade, para então determinar qual o melhor teste a utilizar. Para verificar se amostra segue uma distribuição normal foi aplicado o teste de Kolmogorov-

Smirnov. Dessa forma, já delimitado quais variáveis seguem distribuições normais e quais não seguem, realizou-se o teste *t* e o Teste ANOVA (análise de variância) para igualdade de médias e para as amostras que seguem ao pressuposto da normalidade foram aplicados às versões não paramétricas destes testes, teste de Mann-Whitney e teste de Kruskal-Wallis. Para determinação dos valores dos testes foi utilizado o *software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS)*. As informações pessoais, que constaram da parte A do questionário, foram utilizadas nesses testes.

A diferença entre o Teste *t* e o Teste ANOVA para igualdade de médias, bem como para suas versões não paramétricas reside em que para o teste *t* e Mann-Whitney a amostra é subdividida em dois grupos independentes, enquanto que para o teste ANOVA e Kruskal-Wallis a amostra é subdividida em mais de dois grupos independentes.

Como resultados do teste de normalidade, obtido por meio da aplicação do teste de Kolmogorov-Smirnov, segundo dados da tabela 1, pode-se observar que apenas as variáveis idade do docente, experiência em docência e média de conhecimento seguem uma distribuição normal, dado o p-valor encontrado ser superior a 0,05, portanto, para essas variáveis a hipótese de que a amostra segue uma distribuição normal não pode ser rejeitada. Assim para essas variáveis serão utilizados os testes paramétricos *t* e ANOVA, enquanto para as demais serão aplicados os testes de Mann-Whitney e Krusk-Wallis, cada um aplicado segundo a sua pertinente.

**Tabela nº 1 – Teste de normalidade**

	N	Kolmogorov-Smirnov Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
Idade	55	,815	,520
Gênero	55	3,507	,000
Experiência em docência	55	,960	,315
Maior titulação	55	2,364	,000
Tipo de IES	55	2,418	,000
Disciplinas lecionadas	55	2,857	,000
Experiência profissional	55	3,806	,000
Fluência em língua estrangeira	55	3,174	,000
Participação em cursos sobre IFRS	55	2,828	,000
Carga horária do curso de IFRS	32	2,111	,000
Média de conhecimento	55	,914	,373

**FONTE: Autoria própria**

Dessa forma, por meio do Teste *t* e sua versão não paramétrica, Mann-Whitney foram testados se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras independentes:

- sexo feminino e sexo masculino;
- professores que possuíam e que não possuíam experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações;
- para os docentes que possuíam e que não possuíam fluência em alguma língua estrangeira; e
- para os respondentes que participaram e que não participaram de algum curso sobre IFRS.

Finalmente, através do Teste ANOVA e sua versão não paramétrica, teste de Kruskal-Wallis, foi verificado se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras:

- os tempos de magistério de cada professor;
- as disciplinas lecionadas;

- c) as idades dos docentes;
- d) a maior titulação; e
- e) os tipos de IES em que os professores ministram aulas.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

##### 4.1 Conhecimento relacionado a todos os pronunciamentos

A Tabela nº 2 apresenta as medidas da estatística descritiva relacionadas a todos os pronunciamentos do CPC utilizados nesta pesquisa.

**Tabela nº 2 – Medidas descritivas para todos os pronunciamentos**

TODOS OS PRONUNCIAMENTOS	
MEDIDAS DESCRITIVAS	VALORES
Média aritmética	5,46
Mediana	6,00
Moda	8,00
Desvio-padrão	0,29

**FONTE: Autoria própria**

A média aritmética de conhecimento relativo às normas internacionais de contabilidade dos cinquenta e cinco professores pesquisados é igual a 5,46, com desvio-padrão de 0,29. 50% da amostra se avaliaram com nota igual ou inferior a 6,00 e a nota mais atribuída foi 8,00.

Esse nível de conhecimento é baixo, sendo necessária maior atualização dos docentes em relação aos CPCs. Segundo Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), o professor é um agente que integra a universidade com a comunidade, sendo o aprendizado contínuo pressuposto da profissão contábil e a atualização essencial na área acadêmica. A pesquisa desses autores constatou o baixo investimento na atualização relacionada às novas práticas contábeis.

##### 4.2 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o sexo

Como é mostrado na Tabela nº 3, a média de conhecimento em IFRS para o sexo feminino é 3,94 e para o masculino é 5,93, com desvio-padrão de 2,11 e 1,85, respectivamente.

**Tabela nº 3 – Média e desvio-padrão de acordo com o sexo**

	SEXO	N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Feminino	13	3,94	2,11	0,58
	Masculino	42	5,93	1,85	0,28

**FONTE: Autoria própria**

A Tabela nº 4 mostra os resultados da aplicação do Teste de Mann-Whitney para verificar a igualdade da média de conhecimento entre homens e mulheres. Assim, pode-se observar que sendo o p-valor < 0,05, as médias de conhecimento em IFRS são estatisticamente diferentes para as mulheres e para os homens.

Dessa forma, como o sexo foi uma variável de diferenciação da média de conhecimento entre homens e mulheres, os homens têm conhecimento maior do que as mulheres, como demonstrado na Tabela nº 3. Isso ocorreu apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmaram Bim, Nogueira e Reis (2010).

**Tabela nº 4 - Média de conhecimento em IFRS versus sexo**

	Média de conhecimento
Mann-Whitney U	118,000
Sig. (2-caldau)	,002

FONTE: Autorial própria

#### 4.3 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e experiência profissional

A média de conhecimento em IFRS é de 4,36, para os docentes sem experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, e de 5,64 para os que a possuem, com desvios-padrão de 2,31 e 2,00, respectivamente, de acordo com a Tabela nº 5.

Tabela nº 5– Média e desvio-padrão de acordo com a experiência profissional

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO CONTADOR, AUDITOR OU OUTRA ATIVIDADE CONTÁBIL		N	MÉDIA	DESVIO- PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Sem experiência	8	4,36	2,31	0,82
	Com experiência	47	5,64	2,00	0,29

FONTE: Autorial própria

A Tabela nº 6 mostra os resultados da aplicação do Teste de LEVENE e do Teste T, para verificar a igualdade da média de conhecimento entre professores com e sem experiência profissional. Pelos resultados do teste paramétrico aplicado, que podem ser vistos na Tabela nº 6, é assumida a igualdade de variâncias das duas amostras, dado que Sig. > 0,05. Sendo o p-valor > 0,05, as médias de conhecimento em relação às normas internacionais de contabilidade dos professores com e dos sem experiência são estatisticamente iguais.

Logo, a experiência profissional dos docentes de contabilidade em empresas não é uma variável que diferenciou o conhecimento relacionado às IFRS, ou seja, as médias de conhecimento 4,36 e 5,64 são consideradas iguais, independentemente à experiência.

Tabela nº 6 - Média de conhecimento em IFRS versus experiência profissional

		TESTE DE LEVENE PARA IGUALDADE DE VARIÂNCIAS						
		F				Sig.		
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	0,087				0,769		
	Igualdade de variâncias não assumida							
		TESTE T PARA IGUALDADE DE MÉDIAS						
		t	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p- valor)	Diferença de média	Diferença de desvio- padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	-1,648	53,000	0,105	-1,286	0,780	-2,851	0,279
	Igualdade de variâncias não assumida	-1,482	8,865	0,173	-1,286	0,868	-3,254	0,682

FONTE: Autorial própria

#### 4.4 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o domínio de língua estrangeira

A média de conhecimento para os respondentes que não possuem fluência em alguma língua estrangeira é de 5,58, com desvio-padrão de 1,89. Já para os que possuem fluência, essa medida é de 5,21, com desvio-padrão de 2,45. Esses valores podem ser observados na Tabela nº 7.

**Tabela nº 7 – Média e desvio-padrão de acordo com a fluência em língua estrangeira**

FLUÊNCIA EM ALGUMA LÍNGUA ESTRANGEIRA		N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Não possui fluência	37	5,58	1,89	0,31
	Possui fluência	18	5,21	2,45	0,58

**FONTE: Aatoria própria**

Segundo dados da tabela 8, com a Sig. Bicaudal > 0,05, verifica-se que a média de conhecimento para os professores que possuem fluência em língua estrangeira é estatisticamente igual à média de conhecimento dos que não possuem.

Portanto, infere-se que as médias 5,58 e 5,21 são iguais, sendo que o domínio de língua estrangeira não causou diferenciação na média de conhecimento dos professores sobre as IFRS.

**Tabela nº 8 - Média de conhecimento em IFRS versus fluência em língua estrangeira**

	Média de conhecimento
Mann-Whitney U	312,000
Sig. (2-caldau)	,706

**FONTE: Aatoria própria**

#### **4.5 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a participação em cursos**

De acordo com a Tabela nº 9, a média de conhecimento dos docentes que não participaram de cursos sobre IFRS é 4,54, com desvio-padrão de 2,38. Já para os que participaram de algum curso, essa medida é de 6,12, com desvio-padrão de 1,55.

**Tabela nº 9 - Parâmetros estatísticos de acordo com a participação em curso sobre IFRS**

PARTICIPAÇÃO EM ALGUM CURSO SOBRE IFRS		N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Não participou	23	4,54	2,38	0,50
	Participou	32	6,12	1,55	0,27

**FONTE: Aatoria própria**

Os resultados apresentados na tabela nº 10 indicam que as médias de conhecimento dos respondentes que não participaram e dos que participaram de cursos que tratavam de normas internacionais de contabilidade são estatisticamente diferentes, dado o p-valor < 0,05.

O fato de o professor ter participado de algum curso sobre normas internacionais de contabilidade diferenciou a média de conhecimento dele com a média do que não participou. Dessa forma, a média 6,12 dos participantes de cursos é maior que a dos não participantes, que é 4,54.

**Tabela nº 10 - Média de conhecimento em IFRS versus participação em cursos**

	Média de conhecimento
Mann-Whitney U	228,500
Sig. (2-Caldau)	,017

**FONTE: Aatoria própria**

#### **4.6 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as disciplinas lecionadas**

A Tabela nº 11 apresenta as médias de conhecimento dos docentes em IFRS segundo as disciplinas ministradas por eles. Assim, os que ensinam matérias que envolvem mais de um

grupo possuem a maior média (6,10), seguidos pelos que ensinam as matérias relacionadas às IFRS, com média de 5,55.

**Tabela nº 11 - Média e desvio-padrão de acordo com as matérias ministradas**

<b>MATÉRIAS MINISTRADAS</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
Matérias ligadas às IFRS	5,55	36	2,17
Matérias da área gerencial	5,41	12	1,87
Matérias da área pública	4,22	4	2,19
Mais de um grupo	6,10	3	1,85
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

**FONTE: A autoria própria**

Os resultados do teste de igualdade de médias amostrais realizado através da metodologia ANOVA estão na Tabela nº 12. As médias de conhecimento dos professores que ensinam matérias ligadas às IFRS, à área gerencial, à área pública, assim como os que pertencentes a mais de um grupo, são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05.

A média de conhecimento de 5,55 dos docentes que ensinam matérias ligadas às IFRS é estatisticamente igual à média de 4,22 dos que ensinam disciplinas da área pública, em virtude de as matérias ministradas não serem variáveis que diferenciaram as médias estatisticamente.

**Tabela nº 12 – Média de conhecimento em IFRS versus disciplinas lecionadas**

Disciplinas lecionadas	N	Mean Rank
Matérias ligadas às IFRS	36	28,96
Matérias da área gerencial	12	27,17
Média do conhecimento Matérias da área pública	4	18,50
Mais de um grupo	3	32,50
Total	55	
Qui-quadrado	1,805	
Sig	,614	

**FONTE: A autoria própria**

#### **4.7 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a maior titulação**

As médias de conhecimento dos docentes e seus respectivos desvios-padrão estão demonstrados na Tabela nº 13, de acordo com a maior titulação. Dos 55 respondentes, apenas um possui a graduação e dois possuem doutorado.

**Tabela nº 13 - Média e desvio-padrão segundo a maior titulação**

<b>MAIOR TITULAÇÃO</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
Graduação	2,14	1	.
Especialização	5,54	28	2,15
Mestrado	5,45	24	2,04
Doutorado	5,94	2	0,44
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

**FONTE: A autoria própria**

As médias de conhecimento dos docentes que possuem graduação, especialização, mestrado e doutorado são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05, como pode ser observado pelos resultados demonstrados na tabela abaixo.

O fato de o professor ser doutor ou graduado não fez com que a média de conhecimento de um ou de outro fosse diferente. Logo, a média de conhecimento de 5,94 é estatisticamente igual a 2,14.

**Tabela n° 14 - Média de conhecimento em IFRS versus maior titulação**

	Maior titulação	N	Mean Rank
Média do conhecimento	Graduação	1	5,00
	Especialização	28	29,20
	Mestrado	24	27,58
	Doutorado	2	27,75
	Total	55	
Qui-quadrado		2,235	
Sig		,525	

FONTE: Autoria própria

#### 4.8 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as IES em que os professores ministram aulas

Como pode ser observado na Tabela n° 15, a média de conhecimento dos professores que ministram aulas em universidades públicas é 5,53, com desvio-padrão de 1,79. Para os que dão aulas em universidades privadas, essas medidas são de 5,57 e 2,07, respectivamente. Finalmente, os que ensinam nos dois tipos de universidades têm média de 4,63 e desvio-padrão de 2,89.

**Tabela n° 15 - Média e desvio-padrão segundo a IES**

ISTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	MÉDIA	N	DESVIO-PADRÃO
Pública	5,53	16	1,79
Privada	5,57	33	2,07
Pública e privada	4,63	6	2,89
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

FONTE: Autoria própria

Considerando que o p-valor > 0,05, as médias citadas são estatisticamente iguais, como pode ser observado pelos resultados do teste de igualdade de médias pelo teste de Kruskal-Wallis. Esses resultados estão na tabela abaixo.

Infere-se que o professor que dá aulas em uma universidade pública teve a média de conhecimento igual ao que dá aulas em uma particular ou ao que ministra aulas em uma pública e particular ao mesmo tempo. Portanto, as médias 5,53, 5,57 e 4,63 são estatisticamente iguais, sendo que as IES em que os professores dão aulas não são variáveis de diferenciação dessas medidas descritivas.

**Tabela n° 16 - Média de conhecimento em IFRS versus IES**

	Instituição de Ensino Superior (IES) em que ministra aulas	N	Mean Rank
Média do conhecimento	Pública	16	27,13
	Privada	33	29,11
	Pública e privada	6	24,25
	Total	55	
Qui-quadrado		,534	
Sig		,766	

FONTE: Autoria própria

#### 4.9 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o tempo de magistério

A Tabela n° 17 exhibe a média e o desvio-padrão de acordo com os tempos de docência apresentados pelos professores.

**Tabela n° 17 - Média e desvio-padrão segundo o tempo de magistério**

TEMPO DE DOCÊNCIA (EM MESES)	MÉDIA	N	DESVIO-PADRÃO
3	7,63	1	.
5	7,83	1	.
6	2,14	1	.
12	7,24	4	0,12
24	5,30	3	2,52
28	5,34	1	.
30	4,77	1	.
36	5,35	4	2,55
42	2,00	1	.
48	4,67	3	1,44
60	4,67	4	1,39
72	6,35	3	2,15
84	6,26	1	.
96	5,86	1	.
108	6,22	3	2,01
120	4,49	4	1,31
132	6,40	5	0,86
144	5,84	5	2,40
180	4,83	4	3,22
228	6,43	1	.
240	,00	1	.
264	7,60	1	.
300	4,53	2	2,61
Total	5,46	55	2,07

**FONTE: Autoria própria**

Como o p-valor  $> 0,05$ , as médias de conhecimento dos professores demonstradas no quadro acima são estatisticamente iguais, como pode ser observado nos resultados apresentados na Tabela n° 18.

Diante do exposto, as médias de conhecimento relacionadas aos respectivos tempos de docência são estatisticamente iguais, ou seja, o tempo de magistério não diferenciou a média de conhecimento dos professores. Por exemplo, o professor com 300 meses de docência pode ter média de conhecimento igual ao professor com 3 meses.

**Tabela n° 18 - Média de conhecimento em IFRS versus tempo de magistério**

	Tempo de docência em meses	N	Mean Rank
Média de conhecimento	3	1	51,00
	5	1	52,00
	6	1	5,00
	12	4	43,13
	24	3	27,17
	28	1	21,00
	30	1	19,00
	36	4	26,38
	42	1	3,50
	48	3	18,83
	60	4	19,13
	72	3	36,17
	84	1	31,00
	96	1	27,50
	108	3	35,33
120	4	17,88	
132	5	33,50	

	144	5	30,70
	180	4	26,38
	228	1	34,00
	240	1	1,00
	264	1	50,00
	300	2	20,00
	Total	55	
Qui-quadrado			24,225
Sig.			,336

FONTE: Autoria própria

#### 4.10 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a idade

A Tabela n° 19 exhibe as médias de conhecimento dos professores relacionado às normas internacionais de contabilidade e seus respectivos desvios-padrão, de acordo com a idade.

Tabela n° 19 - Média e desvio-padrão de acordo com a idade

IDADE	MÉDIA	N	DESVIO-PADRÃO
24	7,83	1	.
25	4,30	2	3,05
27	7,03	1	.
28	7,31	1	.
30	4,23	4	2,17
31	5,56	4	2,30
32	5,41	3	2,42
33	5,46	1	.
34	6,29	3	1,54
37	6,24	2	1,56
38	8,54	1	.
39	7,43	1	.
40	6,44	2	0,39
41	5,80	5	1,52
42	2,40	1	.
43	6,04	4	0,46
44	4,13	2	0,34
45	5,87	3	3,37
46	7,31	1	.
47	7,00	1	.
49	6,26	2	0,89
51	5,63	1	.
52	3,10	2	3,90
53	2,33	2	3,29
54	7,60	1	.
59	6,37	1	.
60	3,43	2	0,77
62	2,69	1	.
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

FONTE: Autoria própria

De acordo com os resultados do Teste ANOVA para igualdade da média, apresentados na Tabela n° 23, as médias apresentadas na Tabela n° 20 são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05.

Assim, a idade do docente é uma variável que não causou diferença na média de conhecimento dele relativa aos CPCs. Por exemplo, a média de 7,83 do respondente que possui 24 anos é estatisticamente igual à do que possui 62 anos, em que a média é de 2,69.

Tabela n° 20 - Média de conhecimento em IFRS versus idade

	SOMA DOS	GRAUS DE	MÉDIA	F	SIG. (p-valor)
--	----------	----------	-------	---	----------------

	QUADRADOS	LIBERDADE	QUADRÁTICA		
Entre grupos (combinados)	113,445	27,000	4,202	0,957	0,545
Dentro dos grupos	118,552	27,000	4,391		
<b>Total</b>	<b>231,997</b>	<b>54,000</b>			

FONTE: Aatoria própria

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi determinar quais variáveis impactam as médias de conhecimento dos docentes de contabilidade da Grande Goiânia. As variáveis que diferenciaram estatisticamente as médias das amostras são o sexo e a participação em cursos sobre IFRS. Inferiu-se também através do Teste *t* que os homens têm maior conhecimento em IFRS do que as mulheres. Isso ocorreu apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmaram Bim, Nogueira e Reis (2010). Além disso, por meio do Teste ANOVA, concluiu-se que os respondentes que participaram de cursos sobre IFRS possuem maior conhecimento sobre as normas internacionais do que os que não participaram.

Quanto às outras variáveis (maior titulação, idade, experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, fluência em alguma língua estrangeira, tempo de magistério, disciplinas lecionadas e tipo de IES em que o professor ministra aulas), as médias de conhecimento relacionadas às amostras dessas variáveis são estatisticamente iguais.

Considerando a maior titulação dos professores, o conhecimento dos professores sobre IFRS é igual, independentemente da maior titulação, o que corrobora o fato de a maior parte (56%) das IFES pesquisadas por Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) não exigirem especificamente formação/titulação dos docentes.

Inferiu-se também que o conhecimento que dos professores é igual frente à idade deles; os professores com experiência em empresas têm o mesmo conhecimento que os que não têm experiência; os docentes que possuem fluência em língua estrangeira têm o mesmo conhecimento dos que não possuem fluência; o tempo de docência não diferenciou a média de conhecimento entre os professores; os professores que ensinam matérias ligadas às IFRS, à área gerencial, à área pública, assim como os que pertencentes a mais de um grupo, têm conhecimento igual em relação às IFRS; o docente que dá aulas em uma universidade pública tem conhecimento igual ao que dá aulas em uma particular ou ao que ministra aulas em uma pública e particular ao mesmo tempo. Quanto a essas variáveis citadas, não foi possível realizar uma análise mais detalhada, em virtude da falta de referencial teórico que suporte essa análise.

Finalmente, como sugestão, pesquisas poderiam ser realizadas para verificar os motivos dos professores de contabilidade da Grande Goiânia possuir conhecimento maior que as professoras, para avaliar as razões das notas dadas pelos professores sobre o conhecimento em IFRS serem tão baixas, para verificar ações das universidades e faculdades para melhorar o nível de ensino, de forma a capacitar os professores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Romero; FONTELES, Islane Vidal; OLIVEIRA, Marcelle Colares. *Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com a convergência internacional da contabilidade*. In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, São Paulo. Anais do 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo: USP, 2011.

BIM, Elvis Antonio; NOGUEIRA, Daniel Ramos; REIS, Luciano Gomes dos. *Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente*. In: XXXIV ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XXXIV ENANPAD, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Anteprojeto de Reformulação da Lei nº 6.404/76*. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>>. Acesso em: 1º de maio de 2012.

E-MEC. *Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil*. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 de junho de 2012.

HIRAMATSU, Kazuo; MAYANGSARI, Sekar; SAITO, Masako. *Accounting Education for the Implementation of IFRS in Indonesia*. International review of business, 12, p.1 – 21, março de 2012. Disponível em: <<http://kgur.kwansei.ac.jp/dspace/bitstream/10236/8910/1/12-1.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Vinícius Simmer. *Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro. *Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil*. Dissertação de mestrado do Programa de Mestrado em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Cosmo Rogério de; VARELLA, Patrícia Siqueira. *Normas Internacionais de contabilidade, currículo universitário e capacitação docente: um estudo em instituições de ensino da região metropolitana de Londrina/PR*. Revista do CRC PR, Curitiba, ano 36, nº 160, p. 5, 3º quadrimestre de 2011.

PEREIRA, Ednei Moraes. *Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB: uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília: 2011.

WEHRUNG, Stephanie. *The effect of IFRS convergence on Coastal Carolina University Accounting major students*. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of bachelor of science in the honors program at Coastal Carolina University. Conway: 2011.